



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2011
(do Sr. Fernando Francischini)

Requer informações ao Exmo. Senhor Ministro de Estado da Justiça, José Eduardo Cardoso, sobre a Operação Voucher da Polícia Federal, que resultou em 38 prisões.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art.116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja solicitado informações ao Ministro de Estado da Justiça Senhor José Eduardo Cardoso, sobre a Operação Voucher da Polícia Federal, que resultou em 38 prisões, a fim de esclarecer se o Exmo. Senhor Ministro de Estado do Turismo, PEDRO NOVAIS LIMA esta sendo investigado na referida operação da Polícia Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Inúmeras notícias veiculadas na imprensa nacional dão conhecimento da Operação Voucher da Polícia Federal, que resultou na prisão de 38 pessoas no Ministério do Turismo, onde há fortes indícios de desvio de dinheiro público. Veja abaixo matéria extraída do sítio www.terra.com.br da repórter Luciana Cobucci.

PF prende 38 suspeitos de desvios no Ministério do Turismo

09 de agosto de 2011 • 09h19 • atualizado às 10h53

Luciana Cobucci
Direto de Brasília

A Polícia Federal (PF) realiza na manhã desta terça-feira uma operação para desarticular um esquema ilegal de desvios de recursos de convênios do Ministério do Turismo. A ação, chefiada pela Superintendência da PF no Amapá, prendeu 38 pessoas, incluindo o secretário-executivo da pasta, Frederico Silva da Costa, o secretário nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, Colbert Martins da Silva Filho, e um ex-presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

Também foram presos empresários, diretores e funcionários do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (Ibrase). De acordo com a PF, há fortes indícios de desvios de recursos em contratos firmados entre o ministério e a ONG, em convênio autorizado por meio de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

As irregularidades incluem o direcionamento das contratações às empresas pertencentes ao esquema, ausência de preço de referência e de critérios de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

aceitabilidade de preço, a não execução ou execução parcial do projeto contratado, o pagamento antecipado de serviços, fraude nos documentos comprobatórios de despesas, contrapartida não executada ou executada irregularmente pela entidade sem fins lucrativos e inexistência de fiscalização do convênio pelo Ministério do Turismo.

Ao todo, 19 mandados de prisão preventiva, 19 de prisão temporária e sete de busca e apreensão foram cumpridos em Brasília, São Paulo e Macapá (AP). Somente na capital federal, 15 suspeitos foram presos.

A assessoria do Ministério do Turismo disse não ter conhecimento sobre os motivos que levaram à operação nem informações de quem são os servidores.

Com informações da Agência Brasil.

Diante do retro exposto, a informação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em _____ de agosto de 2011.

Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
PSDB/PR